



GUERRA DO IOF

O STF como caminho para rebater Congresso

PSol recorre à Corte com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a derrubada, pelo Parlamento, do decreto que aumentou o imposto. Governo avalia adotar a mesma medida, mas teme escalar o conflito com o Legislativo

» VICTOR CORREIA
» RAPHAEL PATI

Diogo Zacarias/MF

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se prepara para judicializar o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), determinado pelo governo em decreto e **derrubado** pelo Congresso na quarta-feira. Apesar de o martelo ainda não estar batido, o chefe do Executivo ordenou estudos sobre a viabilidade jurídica da ação e sinalizou que deve acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). Enquanto o Planalto analisa a situação, o PSol tomou a frente e recorreu à Corte contra a derrubada do decreto.

Na ADI, o PSol questiona a legalidade do Congresso de sustar a medida. Segundo a Constituição, o Legislativo só pode derrubar decretos presidenciais que extrapolem a competência do Executivo, e o aumento das alíquotas do IOF é prerrogativa do governo federal. “O Centro, para atender aos interesses dos grandes grupos econômicos, quer cortar recursos para políticas públicas destinadas aos mais pobres, como o programa Minha Casa, Minha Vida, enquanto mantém benefícios fiscais bilionários para os mais ricos”, afirmou a presidente nacional da legenda, Paula Coradi.

Já em relação à postura do governo no caso, há expectativa de que Lula converse com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), além de ministros do Supremo, antes de decidir sobre a judicialização.

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou, ontem, que foi acionada por Lula para avaliar as medidas jurídicas contra a decisão do Congresso. O órgão disse que está em contato com o Ministério da Fazenda e que divulgará a sua decisão “assim que a análise jurídica for finalizada”. Técnicos da pasta econômica defendem a judicialização, incluindo o ministro Fernando Haddad.

Em entrevista à GloboNews ontem, Haddad argumentou que o presidente será obrigado



Se a União entender que isso está usurpando prerrogativas do Executivo, ele (Lula) não tem nem a prerrogativa de abrir mão, porque ele jurou cumprir a Constituição Federal”

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Derrota acachapante

O decreto de Lula foi sustado pela Câmara e pelo Senado na quarta-feira, em votações com intervalo de pouco mais de uma hora entre uma e outra. A derrota do governo foi acachapante: 383 deputados foram contra a medida e apenas 98 a favor; no Senado, a rejeição foi por votação simbólica.

a recorrer, caso a equipe jurídica encontre indícios de inconstitucionalidade na ação dos parlamentares. “Se a AGU entender que isso está usurpando prerrogativas do Executivo, ele (Lula) não tem nem a prerrogativa

de abrir mão, porque ele jurou cumprir a Constituição Federal. Ele nem pode abrir mão, se isso tiver acontecido. Assim como o Congresso não abre mão das suas prerrogativas”, enfatizou.

Articuladores políticos do governo alertam, porém, que a judicialização pode escalar a guerra entre o Planalto e o Congresso, com consequências perigosas para o Executivo. Por exemplo, pode colocar em risco a medida provisória alternativa criada para compensar a primeira mudança no decreto do IOF. Além disso, o mal-estar pode prejudicar o andamento de textos prioritários para Lula, principalmente a isenção do Imposto de Renda para pessoas que ganham até R\$ 5 mil por mês. Relatado pelo ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), o

projeto já foi atrasado por conta do embate — o relatório deveria ter sido apresentado até ontem.

Emendas

Um dos motivos de maior insatisfação do Congresso com o governo é o ritmo lento de liberação de emendas. Nas redes sociais, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, negou que o governo esteja segurando os recursos e justificou a demora pela aprovação tardia da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 e às regras mais duras de transparência acordadas entre Executivo, Legislativo e Judiciário no fim do ano passado. “Não há ação deliberada nem qualquer intenção, por parte do governo, de retardar a execução das emendas e prejudicar parlamentares. Seria até

» Eleições de 2026

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que não quer crer que a eleição de 2026 foi antecipada, quando questionado sobre a possibilidade de o Congresso ter aprovado o decreto legislativo que derrubou aumento do IOF com esse objetivo. “Eu não quero crer. Uma economia que está com a menor taxa de desemprego da história e está com inflação em queda, dólar em queda e mostrando resiliência, gerando emprego — a quem interessa estragar esse cenário? Só por razões eleitorais?”, comentou, em entrevista à GloboNews.

um contrassenso de nossa parte. A execução das emendas que cumprem as normas vigentes é obrigatória. Desde que aprovamos o Orçamento, iniciamos uma força-tarefa de técnicos para sua execução”, afirmou Gleisi.

O Orçamento deste ano foi sancionado apenas em abril. A ministra argumentou ainda que o ritmo de liberação está, na verdade, maior do que em outro período, e publicou uma tabela com os recursos empenhados e pagos em 2023, 2024 e 2025, 52 dias após a sanção do Orçamento. Foram empenhados R\$ 192,5 milhões, R\$ 176,7 milhões e R\$ 2,3 bilhões; e pagos R\$ 12,3 milhões, R\$ 1,2 milhão e R\$ 446,7 milhões em cada ano, respectivamente.

A maior parte do valor de 2025 foi empenhado recentemente, desde que o requerimento de urgência para derrubar o decreto do IOF foi pautado na Câmara. Somente na quarta-feira, quando a derrubada foi votada, o Executivo empenhou R\$ 1 bilhão de emendas, mais do que o que havia sido reservado até então.

Classes altas

Mais cedo, Haddad ministrou palestra na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Ele comentou sobre o objetivo do governo em aumentar a tributação dos mais ricos e voltou a fazer a comparação das classes mais altas com a “cobertura do condomínio”.

“Em geral (quem paga a conta do ajuste) é quem ganha salário mínimo, é o aposentado, é o servidor público, é o pessoal da periferia, é essa turma que vai pagar pelo ajuste fiscal”, afirmou. “Quando você fala: ‘Vamos chamar o pessoal da cobertura para pagar o condomínio’. Ai é um espanto. Ai não é possível. E sabe o que acontece, curiosamente? O ajuste fiscal fica em segundo plano. Ele não é mais interessante. Ninguém mais fala no assunto. Para quê? Se sou eu que vou ter que pagar, para que falar sobre esse assunto?”, ironizou. (Colaborou Vanilson Oliveira)

Governistas falam em recompor relações

» VANILSON OLIVEIRA

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), reconheceu que a base sofreu uma derrota política com a derrubada do decreto que aumentou o IOF, mas defendeu uma “recomposição” das relações com o Legislativo. “Tem de recompor. Tem de começar (uma nova fase). Tem de passar a borracha nisso e pensar numa nova fase”, declarou.

Segundo ele, a votação expôs problemas de articulação tanto na Câmara quanto no Senado. “Houve um problema político, não podemos esconder. É real. É uma derrota. Mas essa derrota não é o fim do mundo, nem o fim dos tempos. Exige uma recalibragem da relação.”

A deputada Erika Kokay (PT-DF), lamentou a decisão do Congresso Nacional, que, segundo ela, foi feita de forma inconstitucional. “Infelizmente, a maioria do Parlamento votou pela continuidade de uma política tributária onde os mais ricos não querem pagar impostos. E o fez de forma inconstitucional”, frisou. “O artigo 153 da Constituição Federal estabelece a

prerrogativa do Poder Executivo de alterar alíquotas de uma série de impostos, inclusive, do IOF. Portanto, o Congresso não poderia derrubar o decreto do governo. O Brasil precisa de justiça tributária, com políticas sociais para enfrentar as desigualdades e com os mais ricos pagando os devidos impostos”, afirmou ao **Correio**.

Por outro lado, senadores da oposição reagiram à intenção do governo de judicializar o caso. O senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) declarou que o Senado deu voz aos brasileiros, que estão cansados de pagar impostos. “Ao barrar mais um aumento abusivo de impostos, o Senado Federal cumpriu seu papel de representar a sociedade e dar voz a milhões de brasileiros que não suportam mais o descompromisso fiscal do governo federal. Agora, a tentativa de judicialização por parte do governo Lula evidencia o descaso com o setor produtivo, com a opinião pública e com o equilíbrio entre os Poderes”, declarou.

O senador Dr. Hiran (PP-RR), presidente da Comissão de

Transparência, também criticou a postura do Planalto, dizendo que a série de impostos é ir na contramão dos anseios da população. “É inaceitável e absurdo o caminho que o presidente Lula escolheu após o Congresso derrubar o aumento do IOF. Insistir em jogar na conta do contribuinte o aumento dos gastos públicos demonstra total desconexão com a realidade do país”, afirmou.

Desgastado

Conforme destacou o parlamentar, “aumentar impostos vai na contramão dos anseios da população, que já sofre com uma carga tributária elevada e espera mais responsabilidade e eficiência do governo”. “Desgastado, com alto índice de desaprovção, ao confrontar uma decisão do Congresso, o presidente caminha para um isolamento político cada vez maior”, emendou.

O deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP) também atacou a decisão do governo de recorrer ao STF para tentar reverter a decisão do Congresso. Na

avaliação dele, a judicialização de matérias fiscais representa um enfraquecimento da democracia representativa.

“Com relação à judicialização, a gente está vendo que está se tornando uma norma. Isso já denota que nós não temos mais um Estado de Direito. Não temos mais separação de Poderes”, frisou. “Você tem um conluio entre o plano do Executivo e o Judiciário. Toda vez que dá errado no contexto da democracia representada, que é o Congresso, eles apelam para o Judiciário para fazer empurrar de qualquer maneira. Então, não temos mais um Parlamento efetivo, já não temos mais um Congresso efetivo.”

Ele também disse que aumento do IOF é obstáculo ao desenvolvimento econômico. Segundo ele, a elevação das alíquotas afeta diretamente o fluxo de capital e dificulta o acesso ao crédito mais barato no país. “O IOF é um absurdo porque, incidindo mesmo que de forma limitada em fundos de investimento e em uma série de transações, está impactando o fluxo de capital, e o fluxo de capital tem que ser livre.”

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Houve um problema político, não podemos esconder. É real. É uma derrota. Mas essa derrota não é o fim do mundo, nem o fim dos tempos. Exige uma recalibragem da relação”

José Guimarães (PT-CE), deputado federal